

# Investigação sobre o discurso da História em Portugal: Um ponto de situação<sup>1</sup>

Marta Filipe Alexandre<sup>a,b</sup>, Fausto Caels<sup>a,b</sup>

a CELGA-ILTEC, Universidade de Coimbra

b Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Politécnico de Leiria

## 1. Introdução

A língua desempenha um papel fundamental no ensino, aprendizagem e avaliação de saberes escolares, seja na disciplina de Português, onde constitui o principal objeto de estudo, seja nas restantes disciplinas, onde constitui um meio privilegiado – e indispensável – à construção, transmissão e avaliação de conhecimento. A compreensão e produção de textos curriculares revelam-se frequentemente desafiantes para os alunos, sendo um facto que muitos estudantes em Portugal exibem baixos níveis de literacia, assim comprometendo o seu desempenho escolar (ME/IAVE, 2017). Para que as práticas de ensino e treino da leitura e da escrita sejam aplicadas em todo o currículo, conforme ambicionado pelo Ministério da Educação (2017), torna-se necessário – entre outras tarefas – identificar e caracterizar as exigências de literacia específicas de cada disciplina.

Neste artigo, traça-se o ponto de situação de um conjunto de trabalhos de investigação já realizados, que visam contribuir para a tarefa referida e que têm sido desenvolvidos no âmbito de uma investigação mais geral em curso no CELGA-ILTEC da Universidade de Coimbra sobre os géneros do Ensino Básico e Secundário em Portugal<sup>2</sup>, enquadrada pela Linguística

---

Correio eletrónico: [marta.alexandre@ipleiria.pt](mailto:marta.alexandre@ipleiria.pt), [fausto.caels@ipleiria.pt](mailto:fausto.caels@ipleiria.pt)

Sistémico-Funcional (LSF) (Halliday, 2014) e pelos Estudos de Género da Escola de Sydney (Rose & Martin, 2012). A motivação fundamental da investigação consiste em produzir conhecimento que possa informar a implementação, na escola em Portugal, de práticas pedagógicas de base genológica, que têm vindo a revelar-se, em vários pontos do mundo, como especialmente eficazes (cf. Gouveia, Alexandre & Caels, em preparação). Para uma apresentação detalhada das premissas teóricas e dos procedimentos metodológicos empreendidos dessa investigação geral, consulte-se Caels e Quaresma (2019a).

Os trabalhos aqui recenseados focam, concretamente, a descrição de recursos textuais associados ao ensino da História no Ensino Básico, nas disciplinas de Estudo do Meio (EM), no 1.º ciclo, História e Geografia de Portugal (HGP), no 2.º ciclo, e História (HIST), no 3.º ciclo. Parte-se do pressuposto de que os conteúdos de História são indissociáveis dos recursos linguísticos que os veiculam. Como tal, cabe aos alunos não apenas desenvolver vários tipos específicos de conhecimento sobre o passado, mas também adquirir recursos linguísticos particulares que lhes permitam compreender e falar/escrever sobre esse mesmo passado (cf. Achugar & Schleppegrell, 2016; Christie & Derewianka, 2008; Coffin, 2006; Doran, 2020; Giudice, 2010; Martin, Maton & Matruglio, 2010; Martin & Wodak (Eds.), 2003; Oteíza, 2020).

Com base nestes pressupostos, diferentes particularidades dos textos da área disciplinar em foco têm vindo a ser analisadas, conforme se mostrará de seguida. Para o presente artigo, selecionou-se: (i) a caracterização geral dos géneros da História, exposta no ponto 1, (ii) o apuramento da sua representatividade nos manuais, tratada no ponto 2, e (iii) o escrutínio mais detalhado do uso das principais famílias de géneros: os Relatórios, por um lado, no ponto 3, e os Relatos e as Explicações, por outro, no ponto 4. Espera-se que os resultados apontados demonstrem a pertinência de dar continuidade à investigação sobre o discurso da História – reforçando a urgência de se saber mais sobre os recursos linguísticos empregues e sobre os tipos de conhecimento disciplinar construídos nos textos – e, sobretudo, a necessidade de ampliar e enriquecer o trabalho com outras colaborações e perspetivas.

## 2. Mapeamento geral dos géneros

O mapeamento geral dos géneros aqui apresentado tem por base a análise de 254 textos<sup>3</sup>, oriundos de 10 manuais distintos, dos quais 4 são manuais de HGP do 2.º ciclo e 6 são manuais de HIST do 3.º ciclo do Ensino Básico. Para a identificação dos géneros e das suas características definidoras, partimos das categorias de género e dos recenseamentos genológicos de Coffin (2006) e Martin e Rose (2008), duas obras seminais no estudo do discurso da didática da História, no contexto da Escola de Sydney. Para a caracterização dos géneros, são tidos em conta dois parâmetros fundamentais à referida escola linguística. Procura-se, em primeiro lugar, compreender qual o papel que a língua assume no ensino da História, isto é, qual a sua finalidade. Tal finalidade, que serve de força propulsora aos géneros, é tecnicamente designada de “propósito sociocomunicativo” e tem uma estreita relação com a natureza do conhecimento histórico. Num segundo momento, procura-se dar conta do reflexo que o propósito tem na organização dos géneros, assumindo-se que propósitos distintos motivam padrões organizacionais e, por conseguinte, géneros diferentes. Cada género apresenta-se, assim, como uma sequência relativamente estável de dois ou mais momentos de significado, designados como “etapas”. Entende-se, ainda, que os géneros se realizam semioticamente por via dos textos, focando-se o presente estudo em textos escritos formativos existentes em manuais escolares da área de História.<sup>4</sup>

Sendo uma característica transversal aos textos escrutinados a transmissão de conhecimento a respeito do passado, seja da história de Portugal, seja da história mundial, os mesmos podem ser organizados em três grandes categorias, tendo em conta o tipo de conhecimento que veiculam. A primeira categoria oferece uma descrição de como era a vida no passado, nas suas múltiplas manifestações sociais; a segunda corresponde ao relato cronológico de acontecimentos do passado e a terceira baseia-se na explicação lógica de acontecimentos passados. Olhando, portanto, para os textos dos manuais enquanto padrões de significado e de conhecimento especializado, podemos afirmar que eles obedecem a três grandes propósitos sociocomunicativos, que aqui designamos como *descrever o passado*, *relatar o passado* e *explicar passado*. O Diagrama 1, adiante, sistematiza esses propósitos, associando-lhes uma pergunta orientadora, bem como algumas características linguísticas.

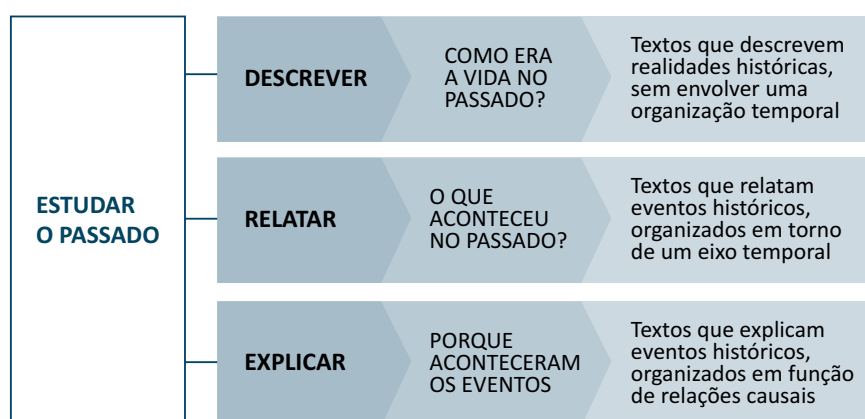


Diagrama 1 – Propósitos sociocomunicativos no ensino da História

Os propósitos sociocomunicativos identificados no Diagrama 1 correspondem, numa aceção mais técnica, a famílias de géneros. O propósito *descrever* está, deste modo, na origem da família dos Relatórios, o propósito *relatar*, da família dos Relatos e o propósito *explicar*, da família das Explicações (cf. Tabela 1).

FAMÍLIA GENOLÓGICA	PROPÓSITO GERAL
<b>Relatórios</b>	Descrever e classificar realidades históricas
<b>Relatos</b>	Relatar eventos e/ou personagens históricos
<b>Explicações</b>	Explicar acontecimentos históricos

Tabela 1 – Famílias de géneros e respetivos propósitos sociocomunicativos

Como se pode conferir na Tabela 1, a família dos Relatórios visa a caracterização de realidades históricas, como é o caso de equipamentos militares, artefactos, espaços e construções físicas, correntes artísticas, organismos sociais ou sistemas políticos, podendo ter uma natureza mais concreta ou mais abstrata. Sabendo que a intenção geral desta família é *descrever o passado*, importa sublinhar que o propósito comunicativo é, na realidade, mais abrangente, havendo uma forte preocupação, nos textos dos manuais enquadrados por esta família, em sistematizar e categorizar o conhecimento a respeito das realidades históricas e organizá-lo segundo vários eixos. Esta preocupação tem um reflexo direto nos textos, que, embora

situados no passado, acabam por não se organizar em torno de um eixo temporal, antes explorando relações lógico-semânticas mais abstratas.

A família dos Relatos, por seu turno, tem como objetivo principal relatar sequências de eventos do passado (por ex. Independência de Portugal, Invasões Francesas, Guerra Civil de 1832-1834). Trata-se, normalmente, de eventos coletivos que permitem reconstruir a grande narrativa de um povo ou de uma nação. Poderão também ser focados feitos individuais (por ex. de reis, navegadores, militares de alta patente), enquanto representantes de impulsos sociais mais abrangentes. Os textos que dão corpo a este propósito situam-se no passado e organizam-se, adicionalmente, em torno de um eixo temporal. São ricos em informações temporais, servindo tanto para situar eventos no tempo, como para os relacionar entre si. Estas informações temporais podem ser concretizadas por meio de uma diversidade de recursos gramaticais e lexicais.

Finalmente, a família das Explicações especializa-se na explicação de acontecimentos do passado, sendo que o termo *explicar*, como já apontado anteriormente, refere-se, neste contexto, à explicitação de nexos causais (por ex., causas da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial; consequências da Queda da Bolsa de Nova Iorque). À semelhança da família anterior, também os textos enquadrados pela família das Explicações se situam no passado e pressupõem um eixo cronológico. A esta ordenação temporal, porém, sobrepõe-se um princípio estruturador de natureza causal (o evento A causa o evento B, que causa o evento C, etc.). Consequentemente, os textos são mais ricos em informações de causa e consequência, que podem ser realizadas por vários recursos lexicogramaticais.

Procurando organizar os textos dos manuais em categorias mais finas, torna-se relevante propor dois ou mais géneros individuais para cada família anteriormente identificada. Esses géneros podem ser conferidos no Diagrama 2, reproduzido adiante. O propósito sociocomunicativo específico de cada género é indicado, de forma sinótica, do lado direito do diagrama.



Diagrama 2 – Géneros da História e respetivos propósitos sociocomunicativos

Conforme se verifica no Diagrama 2, os dois géneros da família dos Relatos distinguem-se pelo seu objeto de estudo: enquanto o Relato Biográfico oferece uma retrospectiva abreviada da vida de uma individualidade histórica (por ex. D. Urraca, Almeida Garrett, Martinho Lutero), o Relato Histórico dá conta de sequências de eventos coletivos, marcantes da história.

Por seu turno, as diferenças entre os vários géneros da Família dos Relatórios refletem a diversidade nas formas de caracterização de realidades históricas. O Relatório Descritivo representa uma única realidade histórica sob várias perspetivas. Pense-se na descrição dos romanos (=realidade histórica) quanto à sua vida quotidiana, práticas de divertimento, alimentação, etc. (=perspetivas). O Relatório Classificativo agrupa entidades ou realidades históricas em categorias, tecendo entre elas relações hiponímicas. Cite-se a classificação da sociedade portuguesa no séc. XIII quanto à sua organização em clero, nobreza e povo, por exemplo. O Relatório Composicional decompõe entidades ou realidades históricas nas suas partes constituintes, desenvolvendo relações meronímicas entre elas. É disso exemplo a descrição da organização física dos mosteiros na Idade Média.

Quanto aos géneros da Família das Explicações, estes lidam de forma particular com sequências causais complexas. A Explicação Histórica dedica-se a mostrar as relações causais entre eventos históricos, numa perspetiva linear, sendo que a estrutura do género segue de perto o desenrolar cronológico dos acontecimentos. Pense-se, por exemplo, numa narrativa da ascensão do partido Nazi, pautada por momentos explicativos que lançam luz sobre as causas e consequências de determinados acontecimentos-

chave. A Explicação Fatorial aprofunda as razões que determinaram o acontecimento histórico sob foco, discutindo várias causas ou fatores por detrás da sua ocorrência, como, por exemplo, fatores diversos que contribuíram para a expansão do Cristianismo. A Explicação Consequencial, finalmente, examina em detalhe as consequências de um acontecimento histórico, como, por exemplo, os efeitos sociais da crise financeira da década de 1920. Note-se como estes dois últimos géneros são mais abstratos, afastando-se da mera organização linear dos acontecimentos, por forma a enfatizar discursivamente complexos de causas ou consequências.

Concluimos esta secção com a sistematização da estrutura definidora dos oito géneros que caracterizam o discurso escrito na disciplina de História e, em particular, nos textos dos manuais analisados. A estrutura definidora diz respeito aos elementos estruturantes fundamentais dos textos por meio dos quais se concretizam os objetivos sociocomunicativos específicos anteriormente explicitados, como no Diagrama 1. As etapas obrigatórias de cada género encontram-se identificadas adiante na Tabela 2, estando separadas por meio de uma barra vertical.

	<b>GÉNERO</b>	<b>ESTRUTURA DEFINIDORA</b>
<b>RELATOS</b>	Relato Biográfico	Orientação   Registo de eventos individuais
	Relato Histórico	Orientação   Registo de eventos coletivos
<b>RELATÓRIOS</b>	Relatório Descritivo	Entidade   Descrição
	Relatório Classificativo	Entidade   Descrição dos tipos
	Relatório Composicional	Entidade   Descrição das partes
<b>EXPLICAÇÕES</b>	Explicação Histórica	Fenómeno   Explicação de eventos
	Explicação Fatorial	Fenómeno   Explicação de fatores
	Explicação Consequencial	Fenómeno   Explicação de consequências

**Tabela 2 – Estrutura definidora dos géneros**

Cada um dos géneros recenseados, como se pode conferir na Tabela 2, faz uso de uma estrutura particular. Com base na leitura da tabela, é igualmente evidente que os géneros de uma mesma família tendem a apre-

sentar uma estrutura semelhante. Ainda assim, há especificidades na estrutura de géneros particulares, que justificam a sua distinção face aos restantes. Veja-se, a título de exemplo, os géneros que partilham a intenção comunicativa de explicar um fenómeno histórico. Como já referimos, o facto de um texto abordar, em igual medida, causas e consequências ou, em contraste, aprofundar apenas as suas causas ou consequências tem repercussões na organização estrutural, o que se torna visível na especificidade da segunda etapa.

### 3. Frequência de uso dos géneros

A fim de determinar a representatividade dos oito géneros acima identificados, procedeu-se à classificação genológica dos textos seleccionados nos manuais (cerca de 250 textos, 10 manuais diferentes), sendo objetivo desta secção apresentar uma síntese dos principais resultados, acompanhada de uma breve reflexão.

A frequência de uso das três famílias de géneros da História – Relatórios, Relatos e Explicações – encontra-se representada no Gráfico 1. O gráfico contém ainda uma quarta categoria genológica, designada de “RH/EH”, que aponta para textos que se revelam de difícil classificação, reunindo tanto elementos do Relato Histórico, como da Explicação Histórica, seja em termos do seu propósito, da sua estrutura e/ou dos seus padrões lexicogramaticais. Esta categoria será objeto de análise mais aprofundada, no quarto e último ponto do presente artigo.

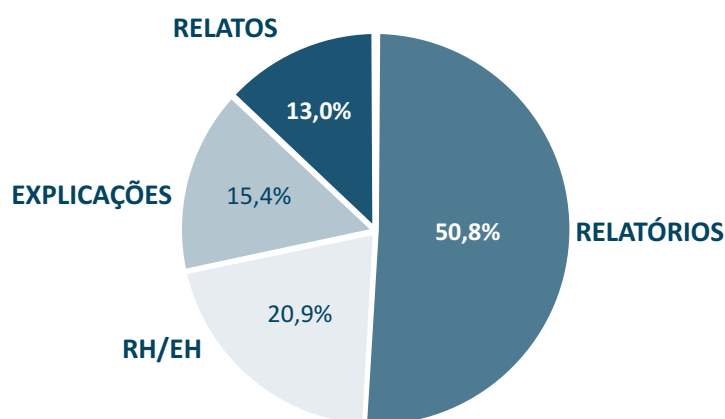


Gráfico 1 - Representatividade das famílias de géneros na amostra textual

A comparação do número total de incidências textuais da família dos Relatórios com o da família dos Relatos ou das Explicações evidencia um forte contraste. Como se verifica no gráfico apresentado, cerca de 50% dos textos em análise enquadram-se na família dos Relatórios, enquanto a representatividade das famílias dos Relatos e das Explicações é significativamente mais baixa, perfazendo, em conjunto, os restantes 50%. Se considerarmos apenas os Relatos e as Explicações puros, isto é, que não levantam dificuldades de classificação, os valores decrescem para 13% e 15,4%, respetivamente.

A diferença apontada sugere que o propósito sociocomunicativo dos géneros da família mais recorrente, o de *descrever e classificar realidades históricas*, desempenha um papel fundamental na didática da História, ou, pelo menos, na forma como os textos dos manuais adotados pelo sistema educativo português se propõem reconstruir o passado nacional e internacional. Assim, segundo revelam estes dados, os manuais analisados ocupam-se em grande medida de uma caracterização temporalmente mais estática de realidades históricas, recebendo menos destaque o relato cronológico e a explicação causal de acontecimentos históricos.

No Gráfico 2, apresentado adiante, dá-se conta da representatividade, em termos percentuais, de cada um dos oito géneros previamente identificados.

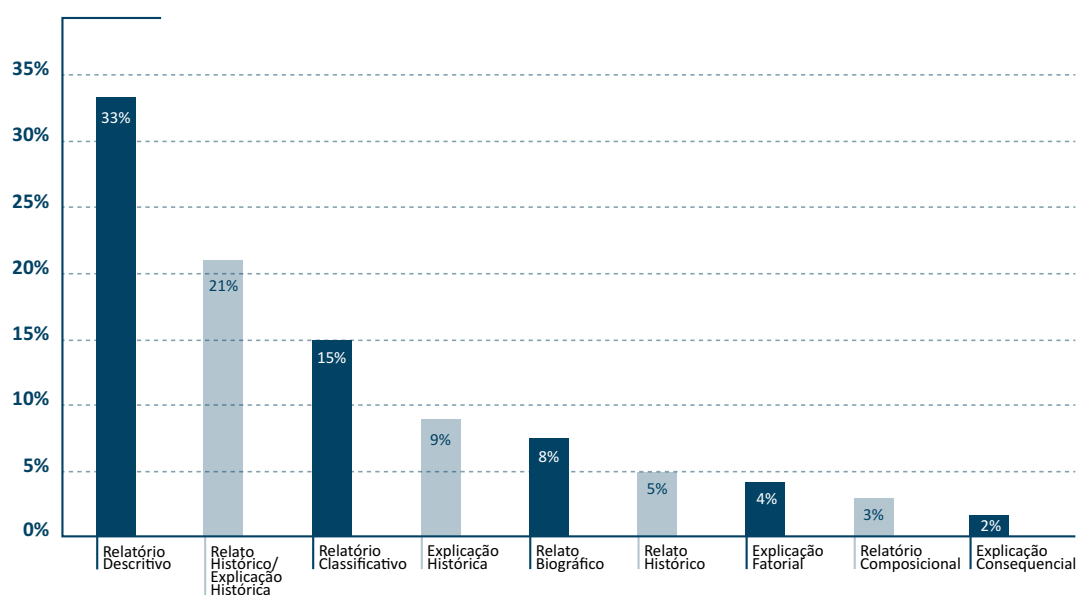


Gráfico 2 - Representatividade dos géneros na amostra textual

Como se pode ler no Gráfico 2, há um género particular que se distancia de todos os outros em número de ocorrências: o Relatório Descritivo. Com um índice de ocorrência superior a 30%, o Relatório Descritivo é manifestamente mais utilizado do que os dois géneros que se lhe seguem – o Relato Histórico/Explicação Histórica (ou seja, textos de difícil classificação, dado combinarem elementos temporais e causais), que ocorre em cerca de 20% dos textos, e o Relatório Classificativo, que representa 15%. Em contraste, há quatro géneros com um número de ocorrências que se situa nos 5% ou abaixo deste valor, a saber: a Explicação Fatorial, o Relatório Composicional, a Explicação Consequencial e o Relato Histórico. Por fim, a Explicação Histórica e o Relato Biográfico revelam uma representatividade relativa intermédia, somando, respetivamente, 9% e 8% de ocorrências.

Por um lado, o predomínio do Relatório Descritivo nos manuais constituiu uma surpresa para nós – aquando das nossas primeiras incursões no discurso da didática da História –, dada a sua natureza mais estática. Como referido acima, a estruturação temporal dos eventos e a explicitação de relações de causa parecem não ser tão preponderantes nos textos dos manuais, quanto a descrição da vida e da sociedade em diferentes intervalos do passado. Por sua vez, a discrepância, no interior da Família dos Relatórios, entre o Relatório Descritivo (33%) e os outros dois géneros, Relatório Classificativo e Relatório Composicional, que juntos ocorrem em 18% dos textos, aponta para a forma como os manuais descrevem as realidades históricas, privilegiando a caracterização de uma mesma entidade histórica, sob perspetivas complementares. Entretanto, para melhor compreender o papel do Relatório Descritivo no âmbito dos textos formativos, foi empreendida uma análise mais aprofundada, conforme se trata no ponto seguinte, o ponto quatro deste artigo.

No que respeita aos valores apresentados pelos géneros que figuram como medianamente frequentes, isto é, os géneros Explicação Histórica, o Relato Biográfico e o Relato Histórico, trata-se de valores que ilustram a diversidade de propósitos envolvidos nos conteúdos de HGP e HIST. Apontar para as relações de causa-efeito entre acontecimentos históricos, relatar a vida de uma figura histórica e relatar acontecimentos históricos constituem tarefas importantes e relativamente frequentes nos textos formativos.

Por fim, importa notar a presença residual dos géneros Explicação Fatorial, Relatório Composicional e Explicação Consequencial. No caso dos

dois géneros da família das Explicações, que envolvem formas relativamente complexas de trabalhar sobre os acontecimentos históricos, o baixo número de ocorrências indicia que os níveis de escolaridade reportados na amostra textual talvez constituam um momento, porventura inicial, de familiarização com estes tipos de textos. Presume-se, assim, que diferentes géneros poderão evidenciar maior ou menor representatividade ao longo do percurso escolar e que essa variação poderá estar associada à própria complexificação dos saberes curriculares. Quanto ao Relatório Composicional, a sua reduzida frequência revela que a decomposição das realidades históricas em partes e subpartes constitui uma abordagem relativamente esporádica nos materiais formativos. Procura-se perceber o porquê desta constatação no ponto seguinte, dedicado às particularidades de cada um dos géneros da família dos Relatórios.

#### 4. Os Relatórios

O destaque evidenciado pela representatividade da família dos Relatórios em geral, cf. Gráfico 1, reproduzido antes, e pelos géneros Relatório Descritivo e Relatório Classificativo em particular, cf. Gráfico 2, apresentado antes, é motivo para uma análise mais aprofundada. A possibilidade de os Relatórios serem mobilizados na construção do conhecimento histórico encontra-se há muito sinalizada na literatura (cf. Coffin, 1996). Contudo, trabalhos subsequentes no âmbito da Escola de Sydney sobre as particularidades estruturais e lexicogramaticais dos géneros da História têm focado preferencialmente as famílias dos Relatos, das Explicações e, até, dos Argumentos (cf. Coffin, 2006; Rose & Martin, 2012), assumindo-as como mais importantes para a área disciplinar em questão. Consideramos, assim, crucial compreender a razão da sua preponderância na amostra textual analisada. Para este efeito, determinam-se os aspetos comuns e os aspetos diferenciadores do Relatório Descritivo, do Relatório Classificativo e do Relatório Composicional, focando especificamente o papel destes géneros na estruturação das dez unidades didáticas que formam a amostra textual.

Veja-se, primeiramente, a distribuição das três famílias de géneros dentro de cada uma das dez unidades. A representatividade em questão encontra-se sistematizada no Gráfico 3, reproduzido adiante, onde cada unidade temática está identificada com a sigla UT seguida de um número de 1 a 10.

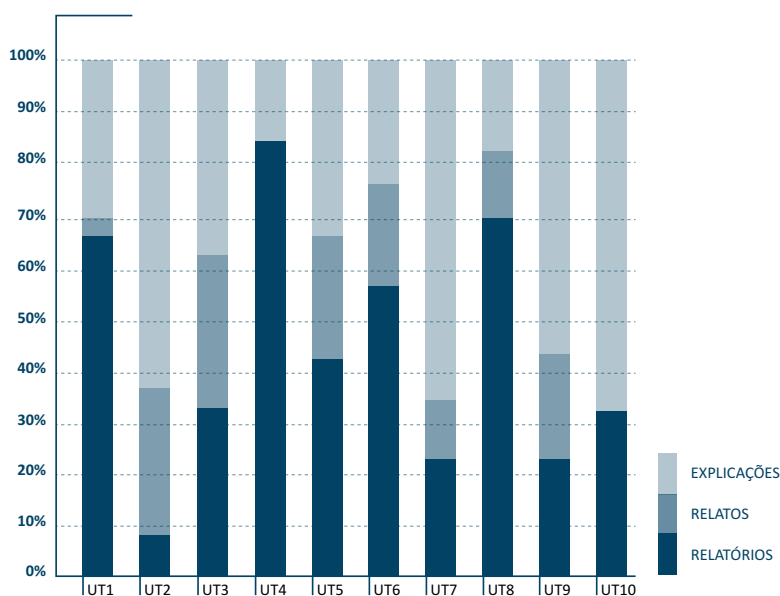


Gráfico 3 - Representatividade das famílias de géneros por unidade temática

A análise demonstra que a presença dos Relatórios é particularmente predominante em quatro das dez unidades analisadas (1, 4, 6, 8). Os títulos específicos destas quatro unidades estão listados na Tabela 3, abaixo, onde também se pode conferir a que ano de escolaridade reportam e, na coluna mais à direita, a sua extensão total em páginas.

CÓDIGO	TÍTULO	ANO	NÚMERO DE PÁGINAS
UT1	Portugal nos séculos XIII e XIV	5	33
UT4	Portugal na segunda metade do século XIX	6	29
UT6	O Império Romano	7	22
UT8	O Renascimento, a Reforma e a Contra-reforma	8	21

Tabela 3 – Unidades temáticas em que predominam os Relatórios

Como revela a Tabela 3, a elevada representatividade dos Relatórios manifesta-se em diferentes anos de escolaridade e, por conseguinte, o seu predomínio não parece estar diretamente associado a um nível específico de especialização disciplinar ou a um conjunto específico de tópicos. De

facto, enquanto a UT1 e a UT4 remetem para a História de Portugal, as outras duas unidades temáticas reportam a uma entidade política de um período histórico específico, o Império Romano, e a entidades históricas relacionadas com um espaço geográfico específico, a Europa. Assim, os Relatórios estão a ser usados para transmitir conhecimento sobre entidades históricas diversificadas.

Considera-se, agora, os propósitos específicos que os diferentes Relatórios concretizam nos textos formativos em análise. O mapeamento dos objetivos sociocomunicativos particulares de cada um dos tipos de Relatórios tem em conta os aspetos comuns e os aspetos distintivos e é apresentado de forma detalhada.

No caso dos Relatórios Descritivos, os objetivos concretos dos textos analisados podem ser agrupados em dois, conforme se vê na seguinte lista.

### **PROPÓSITOS DOS RELATÓRIOS**

#### **DESCRITIVOS NAS UNIDADES TEMÁTICAS ANALISADAS**

Descrever:

- A vida quotidiana num dado período histórico
- Organizações internacionais e o seu funcionamento
- Movimentos artísticos

Listar:

- Medidas políticas
- Princípios orientadores de doutrinas religiosas ou filosóficas

Para além da manifesta diversidade de entidades – concretas ou abstratas – em foco, a análise dos propósitos dos Relatórios Descritivos revela ainda que a apresentação dos diferentes elementos que constituem uma descrição ou uma listagem não requer ordem ou hierarquia específicas.

Para os Relatórios Classificativos, o propósito sociocomunicativo geral concretiza-se por meio do estabelecimento de classes mais ou menos definidas. Os propósitos singulares dos textos deste género estão indicados na lista que se segue.

### **PROPÓSITOS DOS RELATÓRIOS**

#### **CLASSIFICATIVOS NAS UNIDADES TEMÁTICAS ANALISADAS**

Diferenciar:

- estilos arquitetónicos ou movimentos artísticos

- comunidades, grupos sociais, culturas ou povos
- participantes em movimentos políticos
- rotas ou tipos de movimentos no espaço
- símbolos de poder político e de fações políticas

Distinguir entre:

- atitudes em situações políticas particulares (por ex. Colaboração vs. Resistência) ou doutrinas políticas (por ex. Fascismo vs. Estalinismo) ou modelos de governação

Apresentar tipos de:

- Artefactos
- Ferramentas

Mais uma vez, a análise dos propósitos faz ressaltar a diversidade dos elementos que compõem a descrição. No caso individual dos Relatórios Classificativos verifica-se ainda que há distintas formas de definir classes, a saber: por meio de uma diferenciação mais geral, por meio de uma oposição binária e por meio de uma tipologia.

Por último, os propósitos concretos dos Relatórios Composicionais são significativamente menos diversificados e restringem-se à descrição das partes. Na lista que se apresenta adiante, podem conferir-se as diferentes entidades que são objeto desta forma de descrição.

### **PROPÓSITOS DOS RELATÓRIOS COMPOSICIONAIS NAS UNIDADES TEMÁTICAS ANALISADAS**

Descrever as partes de:

- Objetos (bandeira de Portugal)
- Edifícios (mosteiro medieval)
- Modelos de governação política num dado período histórico
- Território (o império português, as terras feudais)

Embora a natureza variada das entidades descritas seja evidente, os Relatórios Composicionais dão corpo a apenas um propósito específico. Esta particularidade contrasta, pois, com a diversidade de propósitos observada nos outros dois géneros da mesma família dos Relatórios. Significativamente, este é também o tipo de Relatório menos frequente na amostra analisada.

De uma forma geral, a análise desenvolvida permite circunscrever a especificidade do conhecimento expresso pelos Relatórios e a sua complexidade própria. Por um lado, trata-se de um conhecimento distante da experiência quotidiana, não só porque reporta a situações distantes no tempo e no espaço, mas, sobretudo, porque envolve generalizações e conceptualizações abstratas sobre ações e pessoas. Neste sentido, destaca-se a frequência do uso de nomes abstratos, referentes a acontecimentos (tecnicamente designadas de “metáforas gramaticais”, em LSF, cf. Rose & Martin, 2012) e a ausência de progressão temporal.

Por outro lado, verifica-se que as descrições generalizadoras apresentadas pelos Relatórios Descritivos servem como conhecimento fundamental para a elaboração de outros tipos de conhecimento em outros géneros, sob a forma de Relatos Históricos ou Explicações, por exemplo. Adicionalmente, constata-se que os elementos tratados nos Relatórios dizem respeito a dois tipos de entidades abstratas: a participantes humanos generalizados, tais como, por exemplo, grupos de pessoas, e a participantes abstratos não humanos, tais como organizações, movimentos artísticos, medidas e doutrinas políticas.

Enfim, o alto grau de abstração do conhecimento expresso por estes tipos de textos decorre da natureza abstrata das entidades e da ausência de uma estruturação temporal. O mesmo é dizer, os Relatórios dão corpo a um conhecimento especializado desafiante: tratam uma ampla gama de aspetos relativos a entidades sem uma existência física palpável e sem fazer uso de uma organização interna cronológica e, portanto, recorrendo a critérios também eles abstratos. Considerando o predomínio desta família de géneros nos textos formativos, é recomendável que o trabalho explícito sobre estes domínios de abstração constitua parte significativa das atividades do processo de ensino-aprendizagem de HGP e de HIST.

## 5. Relatar e explicar

Na sequência do mapeamento geral dos géneros da História, documentado no Ponto 1 deste trabalho, escrutina-se em pormenor, neste último ponto, a natureza peculiar de uma das categorias usadas: o item Relato Histórico/Explicação Histórica. Mais especificamente, procura-se caracterizar os dois géneros, Relato Histórico e Explicação Histórica, numa perspetiva tipológica e topológica, identificando padrões para a sua sequen-

ciação ao longo do percurso escolar e focando alguns dos pontos de contacto, bem como de divergência, entre eles.

A caracterização analítica empreendida aplica-se a um *corpus* de 35 textos, contendo recursos linguísticos temporais e/ou explicativos, retirados de 10 manuais escolares do Ensino Básico. As informações gerais relativas à disciplina, ao ciclo e ao ano de escolaridade dos textos analisados estão organizadas na Tabela 4, reproduzida adiante. Uma apresentação mais detalhada da metodologia seguida na análise exploratória em questão pode ser lida em Alexandre e Caels (no prelo).

DISCIPLINA	CICLO	ANO	NÚMERO DE TEXTOS
Estudo do Meio	1º	4º ano	10
		5º ano	6
História e Geografia de Portugal	2º	6º ano	4
		7º ano	6
		8º ano	4
História	3º	9º ano	5
		<b>TOTAL</b>	<i>35 textos</i>

Tabela 4 – Distribuição dos textos analisados por disciplina, ciclo e ano de escolaridade

Partindo da identificação dos recursos lexicais e gramaticais mobilizados nos textos, a análise demonstra que o propósito de *relatar* e o propósito de *explicar* podem ser encarados numa perspetiva tipológica ou topológica, e que a cada uma destas estão associadas diferentes vantagens analíticas.

A visão tipológica dos géneros concretiza-se na afirmação de que os textos de uma dada área disciplinar se organizam em grupos. O termo “tipológico” refere-se à organização dos géneros numa tipologia, sendo que, em LSF, tais tipologias são habitualmente representadas sob a forma de redes de sistemas, com uma orientação horizontal. A tipologia dos géneros em História pode ser visualizada conforme se ilustra adiante, no Diagrama 3.

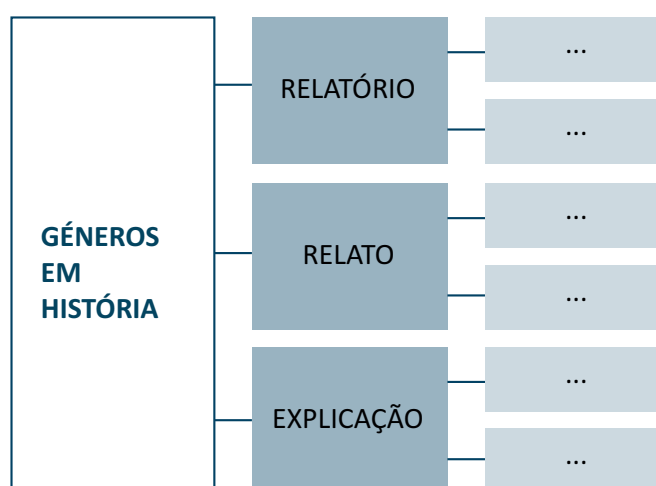


Diagrama 3 – Visão tipológica dos géneros em História

Numa conceptualização como a que se vê no Diagrama 3, cada nó do sistema representa um processo de escolha, à disposição do falante/escritor. Consequentemente, os vários tipos englobados pelo sistema (bem como eventuais subtipos, aqui representados por reticências) excluem-se mutuamente. Assim, numa visão tipológica, um texto de História enquadra-se na categoria genológica de Relatório, de Relato ou de Explicação, nunca podendo pertencer a mais do que um género ao mesmo tempo.

Encontrámos, na nossa bolsa de textos, vários exemplos de textos de classificação inequívoca, constituindo exemplos de Relatos e Explicações “puros”. Entende-se aqui por *Relato puro* um texto que se organiza em torno de um eixo cronológico, sendo essencial à sua organização o recurso a marcadores temporais, para situar eventos no tempo, indicar a sua duração e/ou estabelecer relações de anterioridade, posterioridade ou simultaneidade entre eles. Um texto pode ser considerado uma *Explicação pura*, por seu turno, quando apresenta uma organização essencialmente lógica, com recurso evidente a estruturas gramaticais e lexicais que estabelecem nexos causais entre eventos.

A distinção tipológica entre Relatos e Explicações parece-nos pedagogicamente relevante, na medida em que põe em destaque os propósitos sociocomunicativos *relatar* e *explicar* enquanto formas distintas de reconstruir e organizar discursivamente o passado. Nesta aceção tipológica, os Relatos e Explicações constituem protótipos semióticos: modelos de organização textual que merecem ser ensinados de forma explícita em História, otimizando a compreensão e produção textual por parte dos alunos,

ao mesmo tempo que são auxiliados na apropriação dos conteúdos programáticos.

A visão tipológica, porém, apresenta algumas limitações, quer enquanto ferramenta de descrição e análise, quer enquanto dispositivo pedagógico. Na realidade, a maioria dos textos da amostra em foco corresponde a esta realidade (57,1%), acumulando, em doses diferentes, recursos linguísticos temporais e causais – distribuídos uniformemente pelos três ciclos do EB.

Para colmatar as limitações da proposta tipológica, pode ser relevante recorrer a uma visão topológica dos géneros. Numa perspetiva topológica (de “topos”, lugar), os géneros são posicionados ao longo de um ou vários eixos, em função das suas características. Em alternativa a uma perspetiva binária, que obriga a distinções categóricas, a visão topológica presta mais atenção aos pontos de convergência e de divergência entre os géneros (cf. Martin & Rose, 2008). Nesta aceção, por exemplo, os Relatos e as Explicações podem ser considerados como géneros relativamente próximos, dado que ambos se ocupam de sequências de eventos, e como distantes dos Relatórios, porque estes focam a descrição de realidades históricas. Podemos, assim, imaginar um contínuo formado pelos propósitos sociocomunicativos *relatar* e *explicar*, como no Diagrama 4, adiante, sendo que cada texto particular pode ser posicionado como mais ou menos próximo dos extremos *relatar* ou *explicar*.



Diagrama 4 – Contínuo formado pelos propósitos relatar e explicar

A visão topológica possibilita a aproximação entre propósitos diversos, ou, melhor dizendo, o reconhecimento de que diferentes propósitos funcionam, muitas vezes, de forma entrelaçada na construção e transmissão do conhecimento histórico.

Significativamente, esta distanciação conceptual fundamental entre os dois extremos e esta possibilidade prática de os textos se diferenciarem segundo o seu posicionamento relativo entre tais extremos ajudam ainda a visualizar o próprio sentido da sequenciação do *relatar* e do *explicar* no percurso escolar. Na verdade, ao realizar a análise topológica dos textos fica

claro que, à medida que se avança nos níveis de escolaridade, o propósito de *relatar* é gradualmente completado, ou até substituído, pelo propósito de *explicar*, configurando-se, assim, textos por meio dos quais se traça um quadro mais completo, mais complexo e mais diversificado do passado.

Assim sucede, por exemplo, quando se comparam textos de anos diferentes sobre um mesmo tópico (cf. Alexandre & Caels, no prelo). De um modo geral, observa-se que, gradualmente, os textos de História incorporam outros tipos de informações, para além da dimensão estritamente temporal. Crucialmente, esta complexificação envolve a integração de informação causal. Neste sentido, o contínuo imaginado entre os propósitos *relatar* e *explicar*, introduzido no Diagrama 4, antes, a par de uma ferramenta para a classificação dos textos, pode ser também entendido, quando lido da esquerda para a direita, como uma metáfora do próprio percurso escolar.

## 6. Considerações finais

Foi objetivo deste texto apresentar uma síntese de pesquisas parcelares, realizadas recentemente pelos autores, sobre os géneros da didática da História, conforme instanciados em textos de manuais escolares das disciplinas de Estudo do Meio, História e Geografia e Portugal e História. As pesquisas são enquadradas, de um ponto de vista institucional, por um projeto de investigação sobre os usos escolares e académicos da língua portuguesa em curso no CELGA-ILTEC, UC e, de um ponto de vista teórico, pela Linguística Sistémico-Funcional. Retomam-se aqui, nesta secção final, os principais resultados identificados.

Procedeu-se à identificação de três propósitos sociocomunicativos definidores para o discurso da didática da História, cunhados como *descrever*, *relatar* e *explicar*. Cada propósito está na base de uma família de géneros distinta, respetivamente, os Relatórios, os Relatos e as Explicações. Estas famílias, por sua vez, englobam dois ou mais géneros individuais, que diferem tanto no seu propósito particular, como na sua estrutura definidora.

Num segundo momento, foi dada a conhecer a representatividade dos vários géneros individuais a partir da análise de cerca de 250 textos de diferentes unidades temáticas, manuais e anos escolares. Um primeiro resultado essencial dessa análise é a primazia dada nos manuais à família dos Relatórios, e ao Relatório Descritivo em particular. De acordo com este

resultado, prevalece, em várias unidades didáticas, uma visão mais estática do passado, em que o tempo “para”, a fim de dar lugar à caracterização de hábitos, costumes, ou diferentes estruturas sociais. O segundo resultado diz respeito ao uso residual de géneros mais abstratos, como o Relatório Classificativo ou a Explicação Consequencial. Também este dado ajuda a caracterizar o conhecimento histórico proposto pelos manuais, de um ponto de vista semiótico. A escassez destes géneros mostra como a categorização e a reorganização lógica dos fenómenos do passado, enquanto estratégias discursivas e cognitivas mais complexas, são (ainda) pouco praticadas no nível de ensino visado.

O terceiro grande resultado diz respeito ao uso de textos que promovem uma visão dinâmica e sequencial do passado. A percentagem de textos com estas características é considerável nos manuais, surgindo em segundo lugar, após os textos de natureza descritiva. Estes textos, porém, apresentam desafios vários na sua classificação genológica. Uma visão tipológica dos propósitos *relatar* e *explicar*, embora apresentando algumas vantagens pedagógicas, tem dificuldade em acolher a diversidade de textos efetivamente existentes nos manuais, muitos dos quais combinam, em doses diferentes, recursos de natureza temporal e causal. Para colmatar esta carência, foi introduzida uma segunda visão, de natureza topológica, que realça os pontos de contacto entre os propósitos *relatar* e *explicar*, como formas complementares de organizar o conhecimento a respeito do passado e que podem coexistir, de facto, num mesmo texto.

O estudo aqui sintetizado complementa e enriquece as descrições dos géneros escolares informadas pela Linguística Sistémico-Funcional desenvolvidas para outros contextos educativos. O mapa de géneros que aqui propomos é assumidamente semelhante aos mapas de Coffin (2006) e Martin e Rose (2008), concebidos a partir do contexto australiano e britânico. Faz sentido que assim seja, se pensarmos na didática da História como uma prática discursiva com características universais ou, pelo menos, transnacionais. Ao mesmo tempo, porém, o nosso estudo faz sobressair também algumas idiosincrasias, como a importância da descrição na reconstrução do passado ou a necessidade de uma visão topológica para fazer justiça aos textos dos manuais. Estes resultados, que não contrariam necessariamente outros estudos na área, vão ao encontro de e celebram a especificidade da realidade discursiva em foco – textos formativos presentes em manuais de História, conforme usados no Ensino Básico, em Portugal.

## Notas

- <sup>1</sup> Investigação integrada no projeto *Textos, Géneros e Conhecimento – Para o mapeamento dos usos disciplinares da língua nos diferentes níveis de ensino*, desenvolvido no CELGA-ILTEC, Universidade de Coimbra, desde 2017. FCT UID: 4887.
- <sup>2</sup> Para além dos autores deste artigo, vários investigadores têm vindo a contribuir para esta linha de pesquisa, merecendo especial nota de agradecimento o trabalho de Ângela Quaresma, entre 2017 e 2020, e, desde 2021, a colaboração de Mário Amado Alves.
- <sup>3</sup> Para a extração dos textos, selecionaram-se aleatoriamente 10 unidades temáticas, uma por manual, respeitantes a cinco anos de escolaridade distintos. As unidades temáticas incidem sobre tópicos diferentes do programa e apresentam diferenças em extensão, que se situa entre as nove páginas (a mais curta) e as quarenta e cinco (a mais longa).
- <sup>4</sup> Para uma discussão mais detalhada do conceito de género no âmbito da Escola de Sydney, bem como dos conceitos a ele agregados de “propósito sociocomunicativo”, “etapa”, “fase” ou “texto”, veja-se, por exemplo, Caels e Quaresma (2019a), Caels, Barbeiro e Gouveia (2019) ou Martin e Rose (2008).

## Referências

### Referências dos manuais

- Barreira, A., & Moreira, M. (2014). *Páginas Da História – História – 8.º ano – Manual*. Edições Asa.
- Barreira, A., Moreira, G., Moreira, M., & Rodrigues, T. (2011). *HistGeo – História E Geografia De Portugal – 6.º ano – Manual*. Edições Asa.
- Barreira, A., Moreira, M., & Rodrigues, T. (2015). *Páginas da História – História – 9.º Ano – Manual*. Edições Asa.
- Matias, A., Oliveira, A. R., & Cantanhede, F. (2016). *Novo HGP 5 – História e Geografia de Portugal – 5.º Ano – Manual*. Texto Editora.
- Neto, H., Santos, L. A., Cruz, T., Santos, L. A., & Neto, J. (2015). *Desafios – História – 9.º Ano – Manual*. Santillana.
- Oliveira, A. R., & Cantanhede, F. (2015). *Novo HGP – História e Geografia de Portugal – 6.º Ano – Manual*. Texto Editora.
- Oliveira, A. R., Cantanhede, F., Catarino, I. F., Gago, M., & Torrão, P. (2014). *O Fio Da História – História – 7.º ano – Manual*. Texto Editora.
- Oliveira, A. R., Catarino, I., Cantanhede, F., Gago, M., & Torrão, P. (2014). *O Fio Da História – História – 8.º ano – Manual*. Texto Editora.
- Santos, L. A., Santos, L. A., Neto, J., & Neto, H. (2014). *Desafios – História – 7.º ano – Manual*. Santillana.
- Sousa, L., Soares, L., & Albino, M. (2016). *Máquina do Tempo – História e Geografia de Portugal – 5.º Ano – Manual*. Edições Asa.

### Referências gerais

- Achugar, M., & Schleppegrell, M. (2016). Reflection literacy and the teaching of History. In W. L. Boucher, & J. Y. Liang (Eds.), *Society in language, language in society* (pp. 357-378). Palgrave Macmillan.
- Alexandre, M. F., & Caels, F. (2018, Julho 4-6). *The Portuguese discover, others invade – Evaluating historical events in History textbooks in Portugal*. Comunicação apresentada na 7th Conference

- on Critical Approaches to Discourse Analysis Across Disciplines, July 4th – 6th, 2018, Aalborg University, Denmark.
- Alexandre, M. F., & Caels, F. (2021). *Los géneros escolares en Portugal: Resultados de un proyecto de investigación sobre libros de texto de Portugués, Ciencias y Historia*. <https://www.youtube.com/watch?v=cLpRGkqEHvQ>
- Alexandre, M. F., & Caels, F. (no prelo). Relações temporais e causais em textos de História. In D. Alves, H. G. Pinto, I. S. Dias, M. O. Abreu, & R. G. Muñoz (Orgs.), *Atas da X Conferência Internacional Investigação, Práticas e Contextos em Educação*. ESECS - Politécnico de Leiria.
- Caels, F., & Alexandre, M. F. (no prelo). A expressão do tempo em textos de História: Mapeamento de recursos sintáticos. In D. Alves, H. G. Pinto, I. S. Dias, M. O. Abreu, & R. G. Muñoz (Orgs.), *Atas da X Conferência Internacional Investigação, Práticas e Contextos em Educação*. ESECS-Politécnico de Leiria.
- Caels, F., Barbeiro, L. F., & Gouveia, C. A. M. (2020). Géneros escolares segundo a Escola de Sydney: Propósitos, estruturas e realizações textuais. *Indagatio Didactica*, 12(2), 13-32. <https://doi.org/10.34624/id.v12i2.17433>
- Caels, F., & Quaresma, A. (2019a). Caracterização dos géneros do Ensino Básico e Secundário. In F. Caels, L. F. Barbeiro, & J. V. Santos (Orgs.), *Discurso Académico: Uma área disciplinar em construção* (pp. 108-133). CELGA-ILTEC/ESECS-Politécnico de Leiria. <https://doi.org/10.25766/hf5s-wy65>
- Caels, F., & Quaresma, A. (2019b). Géneros textuais em manuais de História. In D. Alves, H. G. Pinto, I. S. Dias, M. O. Abreu, & R. Gillain (Orgs.), *Atas da VIII Conferência Internacional Investigação, Práticas e Contextos em Educação* (p. 484). ESECS- Instituto Politécnico de Leiria. [https://sites.ipleiria.pt/ipce2018/files/2018/09/IPCE2018\\_AF.pdf](https://sites.ipleiria.pt/ipce2018/files/2018/09/IPCE2018_AF.pdf)
- Christie, F., & Derewianka, B. (2008). *School Discourse: Learning to write across the years of schooling*. Continuum.
- Coffin, C. (1996). *Write it right. Resources for literacy and learning. exploring literacy in school history*. Metropolitan East Disadvantaged Schools Program.
- Coffin, C. (2006). *Historical discourse: The language of time, cause and evaluation*. Continuum.
- Doran, Y. J. (2020). Seeing values: Axiology and affording attitude in Australia's 'invasion'. In J. R. Martin, K. Maton, & Y. Doran (2020) (Orgs.), *Assessing Academic Discourse – Systemic Functional Linguistics and Legitimation Code Theory* (pp. 151-176). Routledge.
- Giudice, J. (2010). El periodo 1976-1983 en manuales de Ciencias Sociales argentinos: Un abordaje desde la teoría del género de la Escuela de Sidney. *Actas IV Congreso Internacional "Transformaciones culturales. Debates de la teoría, la crítica y la lingüística en el Bicentenario"*. D.º de Letras, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- Gouveia, C. A. M., Alexandre, M. F., & Caels, F. (em preparação). Learning to use R2L in Portugal. In D. Rose, & C. Acevedo (Eds.), *Reading to learn, reading the world: How genre-based literacy pedagogy is democratizing education*. Equinox.
- Halliday, M. A. K. (2014). *Halliday's introduction to Functional Grammar* (4th ed., Revised by Christian M. I. M. Matthiessen). Routledge.
- Martin, J., Maton, K., & Matruglio, E. (2010). Historical cosmologies: Epistemology and axiology in Australian secondary school history discourse. *Revista Signos: Estudios de lengua y literatura*, 43(74), 433-463.
- Martin, J. R., & Rose, D. (2008). *Genre relations: Mapping culture*. Equinox.
- Martin, J. R., & Wodak, R. (Eds.) (2003). *Re/reading the past - Critical and functional perspectives on time and value*. John Benjamins.
- ME / IAVE (2017). *Relatório nacional 2016 e 2017. Provas de aferição do Ensino Básico*. [https://iave.pt/wp-content/uploads/2020/02/RESULTS\\_Relatorio\\_PA\\_2016-2017\\_form.pdf](https://iave.pt/wp-content/uploads/2020/02/RESULTS_Relatorio_PA_2016-2017_form.pdf)
- ME (2017). *Resultados nacionais das provas de aferição*. <https://iave.pt/wp-content/uploads/2020>

[/02/Informacao\\_Resultados\\_PA2017\\_VF.pdf](#)

Oteíza, T. (2020). Language resources to negotiate official and alternative memories of human rights violations in Chilean history: A study on classroom interactions. *Historical Encounters*, 7(2), 26-49.

Quaresma, A., & Caels, F. (no prelo). Elementos verbais e visuais em manuais de História e de Ciências Naturais. In D. Alves, H. G. Pinto, I. S. Dias, M. O. Abreu, & R. Gillain (Orgs.), *Atas da IX Conferência Internacional Investigação, Práticas e Contextos em Educação*. ESECS- Instituto Politécnico de Leiria.

Rose, D., & Martin, J. R. (2012). *Learning to write, reading to learn*. Equinox.